

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA



Av. Universitária, S/N, Bairro Ininga. CEP: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil Telefone: (86) 3237-2080. E-mail: bach.cpolitica@ufpi.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Disciplina: Democracia e Competição Política **Docente:** Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Carga horária: 60h Créditos: 4.0.0 Período 2022.2

e-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br

2. EMENTA:

Teoria Democrática, Representação Política e Responsividade. Partidos e disputa política. Competição política e eleitoral. Índices de competitividade eleitoral. Disputa e eleições em regimes democráticos.

3. OBJETIVOS:

- Apresentar aos discentes a literatura sobre democracia e eleições, especificamente, sobre o processo de disputas no contexto democrático;
- Discutir o tema da disciplina no contexto político e histórico do Brasil.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Democracia e Eleições

- 1.1 Conceitos de democracia:
- 1.2 Democracia de partidos e democracia eleitoral;
- 1.3 Novas interpretações do fenômeno democrático;
- 1.4 Novas formas de representação;
- 1.5 Eleições, território e Legislativo;
- 1.6 Qualidade da democracia.

UNIDADE II – Democracia e Eleições: indicadores e dados

- 2.1 Indicadores para mensurar competitividade;
- 2.2 Tratamento de dados eleitorais;
- 2.3 Tratamento de dados sobre partidos;
- 2.4 Tratamento de dados sobre qualidade da democracia.

UNIDADE III – Democracia e competição: o caso brasileiro

- 3.1 − Eleições no Brasil;
- 3.2 Democracia no Brasil;
- 3.3 Financiamento de campanha no Brasil;
- 3.4 Gênero e política no Brasil;
- 3.5 Limites da democracia brasileira.

5. METODOLOGIA DE ENSINO:

O curso será ministrado através de atividades teóricas, constando de exposição oral, realização de seminários, grupos de discussão, leituras e discussão de textos relativos aos conteúdos abordados. As aulas terão caráter dialogado. Além disso, poderão ser utilizados recursos audiovisuais.

6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO:

O aproveitamento acadêmico será realizado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos em avaliações parciais e, se necessário, em exame final. Serão realizadas múltiplas avaliações visando contemplar uma série de habilidades a serem desenvolvidas nos discentes durante a realização do curso. As três notas serão calculadas a partir do desempenho dos alunos nas atividades abaixo:

Notas	Avaliações	Total de pontos
1ª Nota	Avaliação escrita em sala de aula (sem consulta)	10,0 pontos
2ª Nota	Análise de dados + Relatório de dados (De 12 a 20 laudas)	10,0 pontos
3ª Nota	Seminário	10,0 pontos

Será considerado APROVADO o aluno que:

- Obtiver média aritmética (MA) das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete) → aprovado por média;
- Exame final: Média Final = $(MA + EF)/2 \ge 6 \rightarrow \text{aprovado por exame final}$.

Será considerado **REPROVADO** o aluno que:

- Obtiver frequência inferior a 75% da carga horária;
- Obtiver MA inferior a 4,0 (quatro);
- Obtiver MA inferior a 6,0 (seis), resultante da Média Final após o exame final.
- O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído. O requerimento dirigido ao professor responsável pela disciplina, devidamente justificado e comprovado, deve ser protocolado à chefia do Departamento/Curso a qual o componente curricular esteja vinculado no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado este prazo a partir da data da avaliação não realizada.
- Consideram-se motivos que justificam a ausência do aluno às verificações parciais e/ou ao exame final: a) doença; b) doença ou óbito de familiares diretos; c) Audiência Judicial; d) Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial; e) Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a Universidade, o Município ou Estado; f) Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados procedentes (**Resolução n. 177/2012 CEPEX**).

Regras adicionais para a avaliação da frequência/assiduidade:

- O horário de chegada na aula deve ser entre 16h00 e 16h10.
- Listas de presença serão passadas na sala a qualquer momento. Assim que o professor receber a lista de volta dos alunos, não serão aceitas assinaturas adicionais. Por isso, recomenda-se que o aluno fique atento ao momento em que a lista estiver passando. Em hipótese alguma, assinaturas posteriores serão aceitas.
- Sobre o abono de falta, observar os procedimentos constantes na Resolução n. 177/2012 do CEPEX, em seus artigos n. 242-248 (sobre regimes de exercícios domiciliares).
- Extrapolar o limite de 25% da carga horária implica em reprovação. Não há exceção a esta regra.

Regras de convivência em sala de aula:

- Evite o uso de aparelho de celular em sala de aula. A aula é uma atividade previamente programada e exige concentração por parte de professores e alunos. O uso constante do aparelho de celular desconcentra tanto o aluno quanto o professor.
- Evite o "entra-e-sai" ou transitar na sala de aula no transcorrer da aula. Conforme apontado acima, para que uma aula ocorra da melhor forma é necessário que tanto o professor quanto os alunos estejam empenhados e concentrados exclusivamente na aula. Somente transite quando for estritamente necessário.

Regras para elaboração de trabalhos acadêmicos:

- São vedadas práticas consideradas antiéticas dentro da academia: fraude, "cola", plágio, cópia, coautoria de trabalhos com os quais não colaborou efetivamente e outras formas de desonestidade acadêmica. Todas essas práticas serão consideradas delitos graves. Ao professor cabe atribuir a nota 0,0 (zero) quando for configurado qualquer uma dessas práticas, mesmo que seja um delito mínimo, como a cópia de apenas uma frase ou pequeno trecho de um autor sem citálo ou referenciá-lo, por exemplo.
- Todos os trabalhos referenciados devem ser devidamente citados e referenciados (formato ABNT).
- Regras adicionais serão fornecidas pelo professor.

7. BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

CHARLOT, J. Os Partidos Políticos. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DOWNS, A. Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PANEBIANCO, A. Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRZERWORSKI, A. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARTORI, G. Partidos e Sistemas Partidários. Rio de Janeiro/Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Bibliografia complementar:

ALDRICH, J. H. ¿Por qué los partidos? Uma segunda mirada. Madrid: CIS. 2012, cap. 1 e 2.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. da. **Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas**: medidas e aplicações. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011, p. 319 a 347.

CAIN, B; FEREJOHN, J; FIORINA, M. **The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CÂNEDO, L. B. O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CAREY, John e SHUGART, Matthew. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas". **Electoral Studies**, vol. 14, n. 4, 1995, p. 417-439.

CARVALHO, Nelson Rojas de. E no início eram as bases. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

COSTA, T.; CODATO, A. As candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014. **Newsletter do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, v. 1, n. 6, dez., 2014.

COX, G. 1997. **Making Votes Count:** Strategic Coordination in the World's Electoral Systems. Cambridge: Cambridge University Press.

DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (eds.). **Political Parties and Democracy**. Baltimore/Londres: Johns Hopkins University Press, 2001.

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Dicionário de políticas públicas. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GUNTHER, R; MONTERO, J.; LINZ, J. **Political Parties**: old concepts and new challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. Partidos Políticos e Consolidação Democrática. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

LIPSET S. M.; ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments. In: **Party Systems and Voter Alignments**: Cross-National Perspectives. p. 1-64.

KATZ, R. S. Democracy and Elections. London, Oxford University Press, 1997.

MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013.

MELO, C. R. "Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra" – Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro. In: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. (org). **A Democracia Brasileira** – Balanço e Perspectivas para o Século 21. Belo Horizonte, UFMG, 2007, p.267-302.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D. RBCS, vol. 18 n. 51, fev. 2003.

MIRANDA, L. F. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. **Revista Brasileira De Ciência Política**, n. 25, 2018.

NORRIS, P. Derecha radical: votante y partidos políticos em el mercado electoral. Madrid: Akal, 2009.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 27-35, 1998.

POWER, T. J. **Optimism, Pessimism, and Coalitional Presidentialism**: Debating the Institutional Design of Brazilian Democracy. Bulletin of Latin American Research, Volume 29, Issue 1, p. 18–33, January 2010.

SAMUELS, D. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: evidence from Brazil. **Comparative Political Studies**, 1999.

SAMUELS, D. When Does Every Penny Count? Intra-Party Competition and Campaign Finance in Brazil. **Party Politics**, n.7, 2001.

SAMUELS, D. Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil. **Comparative Politics**, v. 34, n. 1, 2001, p. 23-42.

SOUZA, M. do C. C. de. Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.

STROM, K.; MULLER, W. Policy, Office or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions. United Kingdom, Cambridge University Press, 1999.

WOLINETZ, S. B. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. M.; LINZ, J. Political Parties: Old Concepts and New Challenges. New York: Oxford, 2002.

OBS: Ao longo do semestre letivo, poderão ser indicados outros textos previamente disponibilizados aos discentes.

10. CRONOGRAMA DE AULAS E AVALIAÇÕES

Datas	Temas
30/11/2022	Apresentação da disciplina
05/12/2022	Debate sobre democracia e seus subtipos
07/12/2022	Di Giovanni, Geraldo; Nogueira, Marco Aurélio. Dicionário de políticas pública: Paulo: Editora Unesp, 2015.
12/12/2022	Verbetes: Democracia, Democracia Deliberativa, Democracia Digital, Democracia Direta, Democracia Participativa, Democracia Representativa (p. 236-255).

09/01/2023	Mudanças históricas na democracia representativa	
11/01/2023	MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, p. 5-34, 1995. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm	
16/01/2023	MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/08.pdf	
18/01/2023	Dimensões da representação MANIN, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Capítulo - As dimensões da representação (p. 97-135)	
23/01/2023	Democracia elitista MANIN, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Capítulo - A democracia elitista (p. 27-61)	
	Dimensão simbólica da democracia	
25/01/2023	MANIN, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Capítulo - Perspectivas sociais e dominação simbólica (p. 203-238).	
	Questões sobre o modelo democrático concorrencial	
30/01/2023	MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D. RBCS Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989	
01/02/2023	COSTA, T.; CODATO, A. As candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014. newsletter do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, v. 1, n. 6, dezembro, 2014.	
06/02/2023	Avaliação Escrita	
08/02/2023		
13/02/2023		
15/02/2023	Laboratório: análise de dados de candidaturas, financiamento, desempenho partidário e eleições	
22/02/2023	Tarefa (atividade assíncrona): 22/02/2023	
27/03/2023		
01/03/2023		
06/03/2023	Discussão e Entrega dos relatórios	
08/03/2023		
13/03/2023		
15/03/2023	Seminários – Mulheres na política; Financiamento de campanha; Regras eleitorais;	
20/03/2023	Mudança eleitoral nos estados; Os limites da democracia liberal.	
22/03/2023		
27/03/2023		

29/03/2023	Entrega dos resultados e encerramento da disciplina
------------	---

Teresina, 30 novembro de 2022.

Vita Eduardo Veras de Sandes Freitas

Professor(a) Adjunto - Ciência Política (UFPI)

Coordenador do Curso de Bacharelado em Ciência Política/UFPI